



XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Síntese das discussões

A – MESAS:

I - Mesa: Formação do Cientista Social – teoria e prática

1. Pontos centrais discutidos:

- a. Fragmentação das ciências sociais – não há dialogo pedagógico entre discentes e docentes que permita a integração curricular das ciências sociais;
- b. Divisão hierárquica entre ensino, pesquisa e extensão: pesquisa acadêmica privilegiada ao invés de ensino e extensão;
- c. Licenciatura: marginalização no currículo e na participação de docentes, principalmente das áreas de antropologia e ciência política já que é a área de sociologia que é elencado para ensino médio;
- d. Formação profissional: não há disciplinas profissionalizantes e não há um rigor metodológico que abasteça o mercado de trabalho;
- e. Valor das empresas júnior: é uma organização que pode possibilitar uma formação profissional em pesquisa;

2. Debate:

a. Currículo:

- i. O curso de ciências sociais tem um currículo determinado, principalmente, pelo curso de pós-graduação das áreas, isso demonstra o interesse prioritariamente acadêmico-teórico que constrói o curso;
- ii. Outro fator problemático é a prática de pesquisa de campo que é negligenciado na formação geral dos estudantes, sendo assim, grupos de estudos podem ser uma solução;

b. Licenciatura:

- i. A licenciatura é um campo marginalizado na lógica do curso de ciências sociais uma vez que seu interesse se volta para o meio teórico acadêmico. Corpo docente de áreas como ciências políticas e antropologia;
- ii. Não se responsabilizam para o plano político pedagógico o que gera um sobretabalho para poucos docentes precarizando o campo da licenciatura;

c. Formação profissional:

- i. Não há disciplinas profissionalizantes e nem estágio obrigatório para o bacharelado. As empresas juniores podem ser uma complementação para suprir a formação para o mercado de trabalho. Sem a implementação de disciplinas para profissionalização está ocorrendo a diminuição da procura do curso e mudando o perfil do estudante de ciências sociais que possa a ser de caráter mais elitista;

d. PIBID:



XXVI ENÉCS

Belo Horizonte – Minas Gerais

16 a 23 de Julho de 2011

- i. Este programa de bolsa é apontado como um grande fomento para a construção da licenciatura e promover um espaço para prática de pesquisa de campo, como também para concretização de projetos mais práticos que assumem a responsabilidade com o ensino e extensão universitária.

II – Mesa: Democratização do Ensino Superior

1. Informes tirados no GT de Democratização:

- a. Reduzir a evasão do curso de ciências sociais;
- b. Ampliação da política de Permanência Estudantil;
- c. Encaminhar a discussão por uma Educação Popular;
- d. Posicionamento de inconformidade com as políticas institucionais (SiSU, PROUNI, REUNI).

2. Explicação:

- a. *Palestrante: Savana Diniz Gomes Neto (FaE/UFMG);*
- b. Os pontos centrais, abordados no contexto da democratização do ensino superior, foram:
 - i. A disputa permanente pelos conceitos de democratização no âmbito da relação entre universidade e sociedade (movimentos sociais), do liberalismo e do Popular;
 - ii. Processo histórico de formação da Educação Superior Brasileira inserido no campo da política, do social e da cultura, comparando-o com as experiências de mobilizações estudantis advindas do Chile e da Argentina (princiando uma ruptura com as políticas neoliberais);
 - iii. Marco histórico de rompimento com as concepções liberais - múltiplas formas de privatizações, terceirizações, programas institucionais públicas (SiSU, REUNI, PROUNI, PNE), mercantilização do ensino (ostentação do lucro, educação seriada/fragmentada, corte de recursos financeiros e redução dos direitos trabalhistas) – e de desenvolvimento de uma nova concepção para educação pautada no potencial das transformações sociais;

3. Debate:

- a. Crítica ao sistema capitalista e à classe dominante pela manutenção da miséria e do mínimo (políticas institucionais públicas) e pela configuração de um Estado repressivo pautado no capital que mascara a realidade;
- b. O corte de verba de 3,1 bilhões para a educação, a precarização do ensino e a não reposição salarial são políticas que contribuem para a desqualificação da educação;
- c. Fim do Vestibular e críticas ao SiSU (novo ENEM) como forma de garantir ampla acessibilidade e permanência universitária. Defesa de políticas estudantis advindas de Pró-reitorias (recursos públicos diretos) e pelo fim da intervenção das Fundações Privadas de Apoio;
- d. A maioria das gestões administrativas e políticas no ensino (universidades) não estão baseadas na democracia, por exemplo: não há paridade em todas as instâncias deliberativas, ou seja, a participação dos trabalhadores e estudantes é reduzida, com pouca expressão nas decisões deliberativas;
- e. 10 % do PIB para a Educação;
- f. Crítica à universidade a serviço do agronegócio e outros tipos de empresas que só objetivam o lucro;
- g. Crítica ao PNE por não atender as demandas sociais para com a Educação;
- h. Crítica ao sistema de avaliação do ensino superior (ENADE) e às incongruências do FIES;



- i. Crítica à Educação à Distância como meio de formação básica de graduação, usurpando as várias vivências do estudo presencial. A Educação à Distância passa a ser profícua, a partir de um grau de formação e maturidade, vista como uma atividade de formação complementar.

III – Mesa: Expressões Culturais no Movimento Estudantil

1. Nos últimos ENECS foi questionado o papel da cultura no Movimento Estudantil de Ciências Sociais, em relação ao que os estudantes definem sobre o que são as expressões culturais, o que é a cultura, se realmente existe uma cultura particular do Movimento Estudantil ou apenas incorporam a cultura proveniente da sociedade em que estão;
2. Papel do Estado na gestão, no financiamento e na distribuição da cultura. A responsabilidade do Estado na gestão da cultura, essa como um serviço que deve ser garantido para toda a população, porém é uma minoria que tem acesso. Além da função que o Estado deveria ter de coordenação e é transferido esse papel para a iniciativa privada. Há uma dependência do artista com o mercado, com os empresários. A arte se transforma em uma mercadoria;
3. O histórico da expressão cultural no Movimento Estudantil com o intuito de intervenções políticas teve seu marco na Ditadura Militar. Durante esse contexto a cultura e a arte cumprem um papel de burlar a opressão, utilizada com resistência, com a necessidade primária de simplesmente se manifestar. Na arte se revela um potencial perante a ignorância da ditadura que diante de uma manifestação artística fica imobilizada, demonstrando falta de experiência em saber lidar com esse tipo de manifestação. As características essenciais da produção artística se baseiam na forma, produção e na distribuição da arte. Normalmente, a arte é um reflexo da sociedade, os estudantes, então, produzem uma arte consequente do contexto da época. Porém, a arte tem uma ideologia, a dominante da época, a classe que tem o poder, uma vez que é a maior financiadora das produções;
4. Ações dos estudantes que podem promover não apenas festas, mas também culturais. Ultimamente, há uma dificuldade de tirar o estudante do lugar comum, de ter um estranhamento, devido às rotinas, o aspecto da formação acadêmica que exige do estudante um estudo intenso. O que acaba gerando uma aceitação com problemas recorrentes na sociedade. Por isso, a dificuldade de criar uma festa, em que não se caracterize apenas como um evento, mas um espaço que vai gerar uma continuidade;
5. O problema de como sustentar projetos culturais dentro do Movimento Estudantil. A inserção de membros de comunidade que os estudantes se interessam em atuar deve haver uma preocupação com o diálogo com essa comunidade. Ressaltando que essas sociedades estão submetidas, também, há uma alienação constante, o que dificulta a comunicação. A importância de ser levada em consideração a perspectiva de classes dessas pessoas;
6. Arte e cultura enquanto prática política do Movimento Estudantil. As expressões artísticas devem cumprir um papel de criar um sentimento de pertencimento, de identificação, para, assim, o estudante ter um sentimento de pertencimento a uma classe. As expressões devem ter uma intencionalidade política, um papel de denúncia. Essas manifestações criativas podem ser através das redes sociais que vão cumprir um papel fundamental de divulgar as intencionalidades do Movimento Estudantil, essas que muitas vezes são ignoradas pela mídia;
7. Garantia da expressão criativa dos estudantes presentes na universidade e sociedade.

IV – Mesa: Juventude e Criminalização



XXVI ENECS

Belo Horizonte – Minas Gerais

16 a 23 de Julho de 2011

1. Importância dos jovens de manter e de sustentar os desejos de estudantes, as esperanças, mesmo com o cotidiano compromissado, isso não pode impedir atuações e manifestações. A atuação juvenil não deve se restringir aos movimentos estudantis, mas também aos outros movimentos sociais, como na saúde ou periferia, são fenômenos coletivos diferentes, mas são lutas sociais;
2. Efeito da urbanização, espaço da cidade e escolarização no grau de criminalização. Foi ressaltado o impacto de políticas de revitalização dos centros urbanos, o que acaba marginalizando ainda mais. E a importância da educação para que se crie uma maior conscientização, instrumentos para que se possa intervir na realidade da sociedade;
3. O combate a violência pode ser por meio de políticas públicas, pesquisas e trabalhos educacionais. A violência se instaura não só quando há conflito, mas também quando a capacidade do diálogo se esgota, é uma consequência da perda de estar junto com o outro;
4. Dificuldades nas América Latina em criar uma unidade, uma vez que há diversidades em um vasto território, além dos imigrantes. Além disso, a América Latina apresentar um contexto de dependência política, financeira e desigualdade, além de um histórico de violência e exploração;
5. A legislação é vista como uma das saídas para o combate à criminalização. É ressaltado o papel que a legislação cumpre para inserir jovens no mercado. Porém, não deve ser a única alternativa. É preciso que tenha alternativas às instituições, como uma articulação com grupos privados, redes sociais e opinião pública. É necessária uma dialética entre movimento, atuações, legislação, instituições e outros setores. Além de que a própria juventude interfira na legislação, que se preze uma pauta para estudantes feita por estudantes. Movimentos estudantis que criem uma agenda coletiva para estabelecer o rumo da política juvenil;
6. A dificuldade de mobilização da juventude, de se ter uma unidade é decorrente da discriminação que ocorre entre os jovens. É comum entre os jovens, alguns que concordam com o estereótipo criado pela sociedade de quais são os criminosos suspeitos, o jovem, negro e pobre. Dessa forma, essas divergências que existem entre a juventude, decorrência da aproximação de grupos em facções, bodes, devido a certa necessidade de se defender interesses semelhantes, deve ser combatida. A discriminação repercute na imagem que os jovens têm diante da sociedade, em que são vistos como “baderneiros” e incapazes de criar pautas para a política do país, o que cria uma opinião pública contrária a juventude. É preciso que haja um fortalecimento da unidade juvenil para assim confrontar a realidade;

V – Mesa: Sociologia no Ensino Médio

1. Foram discutidos e ressaltados os seguintes pontos:
 - a. No que concerne a formação:
 - i. Diminuição da procura por cursos de licenciatura;
 - ii. Os Departamentos de Ciências Sociais que, em sua grande maioria, priorizam os cursos de bacharelado e as atividades de pesquisa, negligenciando as questões concernentes à docência, proporcionando poucos projetos de extensão e estágio para os cursos de licenciatura, disponibilizando de poucos professores preparados para ministrar as cadeiras de educação e para trabalhar a especificidade da didática da sociologia e as problemáticas da disciplina de sociologia no ensino médio;
 - iii. Diminuição da duração dos cursos de licenciatura (alguns de três anos) e pequena problematização da realidade inferindo em uma formação tecnicista, que deixa de lado a educação;



- iv. Formação de professores por EAD (educação à distância) com pouco problematização da prática em sala de aula, visando apenas a mercantilização da força de trabalho;
 - v. Receio das escolas em acolher projetos de extensão como o PIBID;
 - vi. Divisão forçada que ocorre entre ciências sociais e sociologia, bacharelado e licenciatura;
- b. No que concerne a inserção no mercado de trabalho:
- i. Problema nacional de boicote aos concursos para professores de sociologia no ensino médio em devido a professores de outras áreas estarem sendo deslocados para ministrar a disciplina em caráter de contrato temporário;
 - ii. Editais de concursos para professor de sociologia no ensino médio que entram em contradição com a realidade ao abrir vagas na concorrência tanto para licenciados em sociologia como para licenciados em história, filosofia, pedagogia, psicologia, etc. (diversos campos da área de humanas), porém não permitindo a participação de licenciados em ciências sociais;
 - iii. Descaso do Estado para com a categoria;
- c. No que concerne a atuação específica do docente de sociologia nas escolas de ensino médio:
- i. Contexto de descaso do Estado para com a educação e realidade de sucateamento do ensino;
 - ii. Entrada de professores de sociologia novos e recém saídos da universidade em contraste com um corpo docente escolar, em sua maioria, de idade mais avançada, que sustentam ideais de uma geração passada, desatualizado e acomodado;
 - iii. Precariedade de recursos para atuação em sala de aula falta de material didático específico acessível à linguagem e ao entendimento do jovem;
 - iv. Necessidade de pensar o ensino nos moldes da educação popular, construindo o material didático a partir da realidade do aluno, adequando os conteúdos às suas necessidades, problemas e contextos específicos;
 - v. Diversidade de contextos para atuação e fatores que, necessariamente, pluralizam a abordagem do conteúdo e a metodologia em sala de aula: aluno que por muitas vezes não sabe interpretar um texto, diferenças entre a atuação em uma escola do campo e uma escola metropolitana, escolas que visam uma formação técnica, etc.;
 - vi. Necessidade de trabalhar, por muitas vezes, em três turnos, em mais de uma escola, com muitas turmas e muitas aulas para completar a carga horária, influenciando na convivência com um número astronômico de alunos e em uma sobrecarga de trabalho para o docente, lhe impedindo o desenvolvimento de um trabalho que estabeleça maior proximidade com o aluno;
 - vii. Dificuldade para tratar de todos os temas propostos pelo currículo no escasso período de tempo disponível;
 - viii. Exclusão do sociólogo (ou cientista social) pela maioria do corpo docente da escola e marginalização da disciplina de sociologia, sendo esta relegada um caráter de menor importância frente às imponentes disciplinas das áreas técnicas, objetivas e exatas.
 - ix. Indissociabilidade entre educador e pesquisador, tendo que estar o ato de ensinar sempre vinculado ao ato de pesquisar, problematizar;
 - x. Necessidade da formação continuada;
 - xi. Pressão sofrida pelo professor de sociologia para aprovar os alunos em detrimento da avaliação e do desenvolvimento dos mesmos na disciplina;



- xii. Mesmo com as dificuldades presentes na atuação é colocado como visível o crescimento da sociologia dentro das escolas, sendo a disciplina cada vez mais entendida e legitimada pelos alunos como espaço para reflexão, abstração e trabalho crítico;
- d. Posicionamentos defendidos frente à realidade:
 - i. Necessidade de uma atuação docente crítica que vise um ensino que não se restrinja a teoria e que dialogue com o contexto social em que o aluno está inserido, entrando em confronto tanto com as dificuldades prévias e estruturais para atuação (precariedade de material didático, tempo reduzido para exposição da matéria, salário baixo,) como com o caráter apaziguador proposto pelo atual sistema educacional, que defende uma formação nos moldes das cartilhas de preparação para o vestibular e para o mercado, legitimando a dominação de uma classe minoritária;
 - ii. Crítica aos profissionais que, muitas vezes sem formação específica na área, praticam o ensino de "sociologia de auto-ajuda", "sociologia espontânea", ou modalidades afins que não condizem com a realidade teórica da disciplina;
 - iii. Colocar a sociologia na boca do povo, como uma disciplina que tenha por finalidade restituir aos seres humanos o sentido de suas ações, estimulando a crítica e a autonomia frente a sociedade;
 - iv. Formar coletivos, células de atividade estudantil dentro da academia, que vise a saída da academia, a criação de trabalhos de extensão diferenciados e pesquisas que problematizem questões referentes a docência;
 - v. Fortalecer diálogo entre universidade e escolas;
 - vi. Lutar pela inserção de mais horários de sociologia na grade curricular do ensino médio;
 - vii. Necessidade de se posicionar criticamente frente às diferentes formas que, não se sabe como, a disciplina de sociologia no ensino médio está sendo implanta nos estados e o caráter que a ela está sendo dado;
 - viii. Necessidade de maior investimento e melhor gestão na educação. Defesa dos 10% do PIB para a educação, debate das verbas, necessidade de discutir o PNE;
 - ix. Defesa de uma sociologia militante, parcial e crítica para com a realidade;
 - x. Necessidade de troca de experiências entre professores já formados atuantes e os acadêmicos ainda em formação. Ver o que dá certo e o que não dá.

VI – Mesa: **Movimentos Sociais**

1. Para o nosso contexto é conveniente diferenciar Movimentos Sociais e Movimentos Populares: o segundo caracteriza mais a fundo o caráter do movimento, colocando que as massas populares podem se organizar para fazer frente ao projeto de sociedade que está posto;
2. Os movimentos populares podem ser classificados em dois tipos: transitórios e permanentes. Os movimentos transitórios surgem enquanto uma reação às injustiças geradas pelo conflito “capital x trabalho” e são considerados transitórios pelo fato de que assim que atingidos seus objetivos imediatos, são desarticulados. Já os movimentos permanentes tratam de reconstituir a classe, mesmo que fazendo lutas específicas. O objetivo final dos movimentos considerados permanentes é elevar o nível de consciências das massas para a luta revolucionária;
3. O maior cuidado dentro das lutas sociais com os movimentos populares camponeses demonstra que estes têm conseguido na prática reconstituir a classe de forma mais proveitosa que os movimentos sindicais e urbanos. Há, portanto, a necessidade de se articular as lutas dos camponeses não por pautas específicas,



mas por um projeto que apresente uma oposição ao capital. Com essa proposta a Via Campesina se coloca na tentativa ainda de se constituir uma referência internacional que pauta um projeto de transformação da sociedade;

4. Os camponeses que compõe a Via Campesina além de simbolizar a contra proposta ao capital – quando pautam a vida enquanto o capital traz a morte – compõe de fato uma força social que se contrapõe ao projeto hegemônico de sociedade;
5. Afirmar que os movimentos camponeses têm conseguido se colocar para a sociedade com maior vigor que os demais não retira o peso político que a classe operária tem, apenas coloca que a classe operária perdeu sua condição de reação ao capital, sendo então marginalizada do cenário político. Porém, essa situação não é dada e nem eterna, as massas populares podem aglutinar forças e reascender as suas condições de pautar a sociedade;
6. Nesse processo das massas retomarem seu potencial de contraposição ao capital, elas reagem e criam seus próprios instrumentos políticos para tal ação. Assim, podem-se destacar três eixos que se dão nesse processo: a mobilização popular, que é quando as massas populares reagem à conjuntura e começam a ir à prática política, a organização popular, na qual experimentam formas organizativas variadas; e a formação da consciência, em que tomam ciência de suas ações – e aqui tanto é uma ciência vinculada à escola formal, quanto a ciência da escola de quadros políticos;
7. Um movimento social (ou popular) da juventude tem suas dinâmicas próprias e uma tarefa árdua que a de mobilizar a juventude do campo e da cidade em torno de um projeto de disputa da sociedade;
8. Tendo esse objetivo em vista, nos restam três papéis, quais sejam os de:
 - a. Animar e reascender as lutas sociais à nossas voltas, tendo a clareza de que toda e qualquer pauta pode evidenciar as contradições do capitalismo;
 - b. Experimentar formas organizativas para a juventude, levando-se em consideração que a juventude não possui uma cultura de organização;
 - c. Criar a nova mulher e o novo homem, pondo em prática os princípios e valores que almejamos ao futuro já no cotidiano;
9. Na conjuntura que estamos, com poucas lutas de massas, temos que focar nossos esforços em organizar mais pessoas e para tal podemos experimentar o máximo de formas organizativas. As massas populares, juvenis ou não, tem necessidade permanente de organização;
10. Aproximar o Movimento Estudantil de Ciências Sociais aos Movimentos Sociais significa mais do que trazê-los para ministrar espaços em nossos Encontros, trata-se de constituir uma relação orgânica e de via dupla, em que ambos se ajudam e se fortalecem. É importante essa aproximação para que o MECS possa de fato atingir alguns de seus objetivos quanto à disputa da ciência que é feita dentro das Universidades. Quanto a essa disputa, ela pode se dá também pela institucionalidade, como projetos de extensão que ponham a Universidade em diálogo aberto e permanente com a Sociedade, ou também cursos especiais para qualificar membros dos Movimentos Sociais;
11. No processo de organização do MECS, se este se propõe a ter força social, é importante se inserir organicamente nas lutas dos Movimentos Populares, dando maior sentido à ação política do ME, tarefas concretas e uma continuidade da militância para além do período estudantil, para que assim o MECS constitua uma força social que, em conjunto com outros sujeitos, seja capaz de por em pauta outro projeto de sociedade.

VII – Mesa: Atuação do e da Cientista Social



1. Sociologia é a única área profissional do currículo de ciências sociais, portanto, ao formarmos somos todos sociólogos;
2. Apesar da primeira escola de sociologia no Brasil surgir em 1936, a profissão só foi regulamentada em 1980, com a Lei 6.888 de 10 de novembro, em plena ditadura militar, num processo conturbado e excêntrico. E mesmo já tendo mais de trinta anos de regulamentação, ainda não contamos com um conselho federal de regulamentação da profissão e nem mesmo um piso salarial nacional;
3. Nacionalmente a nossa categoria está subdividida em dois sindicatos e três associações profissionais, que ao todo contam com 4 mil organizados, num universo de 40 mil sociólogos;
4. Atualmente, com as mudanças que a universidade vem passando, resguardando todas as críticas à forma como a expansão vem se dando, existe uma ampliação do número de formandos nas ciências sociais e ao mesmo uma mudança qualitativa no perfil do cientista social, que agora passa a se preocupar fundamentalmente com a sua ocupação no mercado de trabalho;
 - a. Diferente de outras épocas, os estudantes de ciências sociais hoje pretendem trabalhar na área, há uma preocupação cada vez maior com a profissionalização da área;
 - b. Isso nos impulsiona a buscar uma melhor colocação no mercado de trabalho;
5. Breve situação das ciências sociais no Brasil:
 - a. Existem no Brasil cerca de 40 a 50 mil sociólogos (bacharéis) e em média se formam 800 profissionais em cerca de 90 escolas em todo o Brasil;
 - b. São 21 universidades que oferecem mestrado em sociologia e 13 de doutorado;
 - c. São mais de 180 grupos de pesquisa formalizados;
6. Sobre a organização da categoria:
 - a. Trabalho:
 - i. Existem sindicatos em 11 dos 25 Estados federativos do Brasil mais 3 associações profissionais;
 - b. Acadêmicos:
 - i. Associação Brasileira de Antropologia;
 - ii. Associação Brasileira de Ciências Políticas;
 - iii. Associação Nacional dos Pós-Graduandos e Pesquisa em Ciências Sociais;
 - iv. Sociedade Brasileira de Sociologia;
7. Como estamos atrasados com relação à nossa profissionalização, acabamos perdendo direitos, oportunidades ou até mesmo espaço para outras áreas das humanidades;
 - a. Como exemplo a categoria dos servidores sociais conseguiram aprovar a jornada de 30 horas (Lei 12.317 de 26 de agosto de 2010);
 - b. Observamos assim que a falta de organização da categoria impede avanços que poderiam ser conquistas que no beneficiariam;
8. Acreditamos que o debate da profissionalização do nosso curso deve ser acompanhado da reforma curricular (currículo base), buscando alterá-lo de forma a garantir uma formação ampla e crítica;
9. Nós, enquanto estudantes de ciências sociais, seja da universidade pública ou privada (através das políticas de governo), somos sustentados pelo povo trabalhador brasileiro, sobretudo pelas camadas mais baixas, de onde são extraídos a maior parte dos impostos e dessa forma temos de ter um grande compromisso com esse sujeito no sentido de estarmos ao seu lado, junto à sua luta, pois também, ao final da nossa graduação, seremos trabalhadores assalariados;



10. A reestruturação produtiva do mundo do trabalho e as políticas neoliberais do último período continuam, e ainda vão se intensificar mais, nas mudanças nas relações de trabalho, retirando direitos e precarizando o trabalho;
11. Apesar de nossa categoria estar em sua maioria ligada às estruturas do Estado, também está sentindo os efeitos das mudanças no mundo do trabalho, seja por vias da terceirização ou contratação temporária;

VIII – Mesa: **Universidades Particulares**

1. Criação e expansão do ensino superior privado como mercantilização da educação;
2. PROUNI como forma de salvar cursos de universidades privadas do abandono;
3. Apesar das críticas às instituições privadas e ao PROUNI, o movimento estudantil não pode ser pautado apenas do ponto de vista das universidades públicas, em decorrência do aumento do acesso de estudantes de baixa renda proporcionado pelas bolsas, fazendo com que as universidades privadas cumpram um importante papel para o aumento da inserção e expansão do ensino superior em caráter imediato;
4. Não pode ser defendido um fim imediato do PROUNI, tendo em vista a quantidade de alunos que ele contempla;
5. Por mais que reformas como PROUNI e REUNI proporcionem a expansão do número de vagas no ensino superior não conseguem sanar as deficiências estruturais acumuladas desde o ensino básico, portanto não representam a democratização do ensino superior em razão de continuar expressando a desigualdade da sociedade vigente;
6. Desafio do ensino superior: real inclusão de alunos desfavorecidos. Não apenas inserir, mas manter;
7. As bolsas de estudo (como PROUNI) são incentivos à entrada de estudantes de baixa renda na universidade, mesmo assim é difícil permanecer como bolsista sendo que existem vários outros custos com os quais um estudante tem de arcar e que a bolsa não paga (ônibus, "xerox", casa, luz, água, alimentação, etc.);
8. Grande parte dos estudantes de baixa renda inseridos no ensino superior se encontram trabalhando e estudando ao mesmo tempo, o que dificulta o acompanhamento das leituras nas disciplinas, já as bolsas são uma forma de contemplar até certo ponto as restrições financeiras aumentando o tempo para as atividades estudantis;
9. As universidades particulares vem acolhendo alunos de condições econômicas baixas enquanto as universidades federais servem cada vez mais à elite, sendo que isso também se reflete nos cursos de ciências sociais;
10. O aluno bolsista de instituição privada tem receio de fazer críticas e de protestar por receio de que isto possa prejudicá-lo fazendo-o perder a bolsa, sem saber que a bolsa está unicamente ligada a sua renda e ao seu desempenho no curso;
11. Fatores que incentivam a evasão nos cursos de Ciências Sociais nas instituições privadas: muita carga de leitura vinculada a uma rotina cansativa do trabalhador estudante, falta de perspectiva para o mercado de trabalho, desconhecimento do curso antes de entrar;
12. Apesar de representarem 75% dos estudantes de ensino superior, os estudantes de instituições privadas são minoria no movimento estudantil;
13. O estudante que entra na universidade privada tem, em sua maioria, a intenção de qualificar a sua força de trabalho e, pelo fato de ter de trabalhar, possui pouco tempo para participar e para se preocupar com o movimento estudantil;
14. Fator tido como contribuinte para a pequena participação de estudantes de instituições privadas no movimento estudantil é a falta de preparo e de tradição destas instituições para a articulação estudantil;



15. Necessidade de estabelecer diálogo entre estudantes de instituições públicas e privadas para a existência de um movimento estudantil que possa abarcar toda a realidade do ensino superior;
16. Permanência de uma visão elitista ante os cursos de ciências sociais: entidades se recusam a diminuir a mensalidade para não desprestigiar o curso, acarretando na diminuição do número de alunos e existem professores que afirmam que "ciências sociais não é para formar 'professorzinho'" e se posicionam contra REUNE e políticas de cotas pois estes acarretam na baixa do nível do curso;
17. As instituições privadas cumprem um papel de formar para o mercado enquanto as públicas estão mais voltadas ao academicismo;
18. Nem para o mercado e nem para a academia, o ensino superior, independente de ser privado ou público deve se comprometer em uma formação crítica, principalmente nas ciências sociais;
19. Necessidade de, em longo prazo, superar as políticas de auxílio, pela conquista de uma universidade laica, gratuita, democrática e de qualidade.

IX – Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência (PIBID)

1. Em todas as escolas presentes na mesa do PIBID foi problematizada a atuação de professores de outras áreas nas aulas de Sociologia nas escolas. Os alunos que fazem parte do PIBID encontram, muitas vezes, dificuldades de lidar com os professores que estão acompanhando dentro das salas de aula, devido a esse problema de não serem da mesma área. Assim, isso pode causar divergências, irrelevância quanto à disciplina e uma abordagem baseada no senso comum. Além, de esses professores estarem ocupando o cargo que deveria ser de profissionais da área da Sociologia;
2. O processo de formação dos estudantes bolsistas do PIBID segue o mesmo parâmetro na maioria das escolas. Começa com um processo de observação nas salas de aula, sem muitas intervenções dos alunos, apenas quando solicitados. Nessa primeira fase, também há uma carga teórica sobre Sociologia da Educação. Em seguida, os alunos passam a ser mais atuantes nas salas de aulas. Sugerindo projetos, dinâmicas, trabalhos. Foram relatados alguns casos de, quando há ausência do professor, o aluno poder ministrar as aulas, mas esse não é o caráter do projeto, o aluno não é substituto do professor, é apenas em casos eventuais. Mas, em algumas escolas, o bolsista tem um papel mais atuante, assumindo algumas tarefas que seriam próprias do professor. Algumas escolas, também abordaram que o processo de formação pode ser dividido em dois eixos, um direcionado para o ensino nas salas de aula, outro de pesquisas. Em todos os processos de formação é cobrada do estudante uma relatoria das aulas;
3. A interdisciplinaridade é uma questão que a minoria das escolas apresenta. Em sua maioria, o PIBID de Sociologia não comunica com as outras áreas, como a matemática, física, arte, filosofia, não há um projeto interdisciplinar. Mas, em outros há a presença desses projetos;
4. O PIBID enfrenta algumas dificuldades além da questão dos professores de outras áreas. As escolas que o projeto atua são normalmente estaduais, com um sistema precário de educação e estrutura, o que dificulta a atuação dos bolsistas e a integração dos alunos da escola, isso é o reflexo da precarização do ensino público. Além de ser relatado o pouco tempo de duração das aulas, o que impede que o conteúdo seja passado de forma efetiva. E há ainda a preocupação de uma conscientização dos professores também;
5. Os bolsistas mostraram o cuidado com os instrumentos didáticos. As ferramentas para o uso pedagógico devem atrair o aluno para o estudo da Sociologia. Assim, eles utilizam meios alternativos de ensinar um conteúdo e realizar uma discussão, como filmes, músicas, colagens, jogos e dinâmicas. Há uma preocupação de inovar o sistema de ensino. Desse modo, além de formar pessoas para a pesquisa, também esperam instrumentalizar recursos didáticos para melhorar a prática pedagógica, implementando novas metodologias.



B – GRUPOS DE DISCUSSÃO:

1. Pontos centrais do contexto do MECS:
 - a. Necessidade de fortalecimento do ME de base;
 - b. Comunicação nacional concreta;
 - c. Efetividade na execução das deliberações do ME nacional;
2. Histórico do MECS e ação comunicativa:
 - a. O registro histórico do MECS se encontra defasado, a ausência da sintetização do debate político ao longo de todos os ENECS, impulsiona a necessidade da socialização das experiências concretas regionais a nível nacional para contribuir no avanço das discussões presenciais...
3. Articulação nacional:
 - a. A problemática das deliberações não encaminhadas pós-ENECS sustenta o debate sobre a necessidade da criação de uma articulação nacional que possa efetivar, de maneira concreta, as propostas deliberadas no ENECS, nas escolas presentes no ENECS. Assim a articulação nacional seria importante no sentido de articular o movimento de base regional, fortalecendo a identidade do MECS em âmbito nacional;
4. Metodologia do encontro:
 - a. Há necessidade de se repensar a metodologia do ENECS isso porque implica diretamente na forma de participação e composição dos estudantes presentes, como também na maneira dialógica entre forma e conteúdo. A preocupação recai para manter uma estrutura metodológica menos burocrática e pensar construir um espaço mais fluído para se aprofundar o debate político do MECS;
5. Mobilização regional:
 - a. Fortalecimento do ERECS e pré-ENECS para efetivar a participação de um movimento de base. Dessa maneira, a sustentação de um MECS em âmbito nacional seria consolidada por uma organização local/regional mais organizado;
6. Debate teoria e prática:
 - a. O MECS tem de garantir uma mobilização tanta na disputa acadêmica como também em situações concretas. A produção do conhecimento nas ciências sociais está relacionada com a prática social, é um processo dialético no qual o MECS tem de se posicionar;
7. Monitoramento das deliberações:
 - a. No ENECS há o encaminhamento de propostas via grupos de trabalhos permanentes os quais ficam na responsabilidade algumas escolas. No entanto, após o ENECS os GTPs não tem o seu trabalho monitorado e mapeado para o encaminhamento das deliberações;
8. Universidades particulares:
 - a. Nesse ENECS contamos com a presença de estudantes de algumas universidades particulares, os quais tem um quadro político estrutural diferente das universidades públicas. A maioria de seus estudantes são trabalhadores e sofrem sem assistência estudantil e com a ausência de uma representação/participação política legítima por órgãos como o CA e DCE. O Pro-Uni é outro assunto que precisa ser discutido, uma vez que é a porta de entrada para muitos estudantes, sabendo, contudo, que seu projeto é problemático;

C – ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO NACIONAL:



XXVI ENECS

Belo Horizonte – Minas Gerais

16 a 23 de Julho de 2011

1. O Movimento Estudantil de Ciências Sociais (MECS) encontra-se, atualmente, totalmente disperso a nível nacional, sem conseguir construir propostas ou atividades em consenso, ressalvo a região nordeste que já se encontra em um processo de articulação mais adiantada que em outras regiões;
2. Já tivemos uma experiência de uma executiva de curso, mas que não preservamos nenhuma experiência, pois não temos nenhum relato ou documento que sintetize como tenha ocorrido aquele processo;
3. A discussão sobre a rearticulação do MECS aparece recorrentemente a alguns ENECS (que por falta de preocupação com o acúmulo, temos repetido os debates ou mesmo sabendo por onde ele já passou);
4. Atualmente nosso problema é organizativo. Não se trata simplesmente de concretizarmos uma estrutura organizativa, mas sim de termos gente organizada;
5. A articulação nacional não pode se constituir apenas no papel. Avaliamos que, principalmente, temos de transformar nossas deliberações em ações práticas nas nossas escolas e região, novamente, se trata de nos organizarmos nas escolas [CA's, DA's ou coletivos], pois são elas que transformam as deliberações em ações;
6. Compreendemos que a Articulação Nacional não é a resolução de todos os problemas organizativos que temos. A organização se faz pela ação, assim, precisamos acima de tudo, intensificarmos que nossas atividades em âmbito local, regional e nacional para a consolidação de uma real articulação nacional;
7. A articulação nacional seja através de uma entidade, associação, federação, executiva ou outros é uma importante ferramenta que pode auxiliar o trabalho de base nas escolas e também o avanço das nossas pautas e lutas, na medida em que as escolas saem do isolamento local e entram em contato com outras experiências do movimento estudantil de ciências sociais;
8. Uma articulação nacional não se resume a uma rede de contatos, ela só faz sentido se tem como objetivo pautar um projeto político na sociedade, seja institucionalmente, seja nas ruas. Enquanto estudantes de ciências sociais existem diversas pautas que exigem uma postura ou resposta nossa (que só conseguiremos fazer se estivermos organizados e articulados), tais como:
 - a. Sociologia no ensino médio;
 - b. Reforma política;
 - c. Declarações da grande mídia sobre as ciências sociais;
 - d. Conflitos sociais contemporâneos;
9. Sobre a questão organizativa no MECS:
 - a. Já foi afirmada certa época, que “a organização deve estar de acordo com as possibilidades e necessidades históricas”, ou seja, a conjuntura em que vivemos é que vai determinar a forma como vamos nos organizar;
 - i. Dessa forma, não se trata simplesmente de uma tarefa de engenharia organizativa, se trata de reconhecermos, na conjuntura, as nossas debilidades e quais as ações que forjaremos para superar a atual situação;
 - ii. No último ENECS foi deliberado os Grupos de Trabalho Permanentes (GTP's) que, nesse último período não funcionaram, assim, temos de avaliar as suas problemáticas e termos consciência do “tamanho de nossas pernas” quando nos propusermos a realizar algo e se esse algo realmente parte de uma análise concreta da realidade;
 - b. Como uma organização estudantil de área é fundamental que levemos em conta o sujeito que somos e que trabalhamos;
 - i. As ciências sociais reúnem os mais diversos tipos de sujeitos das mais diversas opiniões, vivências e projetos de vida. Mais do que em outros cursos essas diferenças estão mais explícitas (e são a todo o momento explicitados e reafirmados) o que nos coloca como



- desafio a construção da unidade sem que isso signifique uma homogeneização ou negação dos diversos grupos/tribos;
- ii. Em geral, nós estudantes de ciências sociais somos incomodados com o mundo em que vivemos pelas mais diversas maneiras e para tal construímos as mais diversas alternativas para transformá-lo;
 - iii. Nós temos muita dificuldade em trazer nossas reflexões acadêmicas para o plano do cotidiano;
- c. Não existe uma organização perfeita. Todas as organizações são balizadas pelo seus objetivos gerais, pela dinâmica das mudanças sociais (conjuntura) e as ações que nela empreende (táticas) para empreender seus objetivos;
- i. O que queremos é que os estudantes de ciências sociais voltem a ser, verdadeiramente, perigosos;
- d. Uma organização também só avança se aprende com a história, contribuindo para preservá-la (memória/arquivo histórico) e não cometer os mesmos erros;
10. Nosso país, Brasil, possui dimensões continentais. É certo que vivemos sob o mesmo jugo, existem diversas pautas que são nacionais e que devem ser trabalhadas nacionalmente para serem superadas, mas uma organização, de qualquer tipo que seja, em nosso país, precisa levar em consideração, fundamentalmente, as características locais (econômicas, políticas e culturais) de cada região e até mesmo de cada escola;
11. Nossos reais desafios nesse processo de articulação:
- a. Não queremos ficar mais como estamos, precisamos então partir para a ação e aprender que a ação faz a organização;
 - b. Nesse processo de ação temos e podemos partir de experiências concretas de organização que já existem, como em outros movimentos estudantis de área (ABEF, ABEEF, ENESSO...) ou mesmo como já acontece em nossa área como é no nordeste com a Coordenação Regional dos Estudantes de Ciências Sociais (CRECS-NE);
 - i. Necessariamente o processo organizativo nacional precisa levar em conta as localidades. Se fortalecendo as localidades se fortalece o nacional e vice-versa. Se fortalece as articulações na exata medida do trabalho de base desenvolvido nas escolas;
 - c. Resignificar os instrumentos de que dispomos para nos articularmos (ENECS, ERECS, CONECS e CORECS), modificando forma, conteúdo e intencionalidade de cada e também desenvolver outras ferramentas na medida em que nos movimentamos e desenvolvemos trabalho de base.

***Juventude que ousa lutar,
Constrói Poder Popular!
Pátria Livre,
Venceremos!***

